

QUILOMBO-CAST

Edição 2

Conjuntura da semana | 15.02.2021

Primeira parte:

Operação Lava Jato e sua saga

A revelação de diálogos entre procuradores da chamada Operação Lava Jato e o juiz Sérgio Moro colocou mais elementos na suspeição de que a operação foi uma grande armação política para atingir o ex-presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores. A votação na Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal na terça-feira que confirmou o direito da defesa do ex-presidente Lula ter acesso ao material hackeado da conversa dos procuradores com o juiz foi uma derrota para a Operação Lava Jato. Nos diálogos divulgados, foram revelados indícios de cooperação internacional irregular, ação orquestrada entre acusação e juiz e nítidas intenções políticas dos membros da Operação.

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo no sábado, o ex-coordenador da Operação, o procurador Deltan Dallagnol recusou a fazer qualquer autocrítica e reafirmou a posição de que nada ilegal foi feito. E reafirma a posição de que os diálogos foram obtidos de forma ilegal e, portanto, não poderiam ser usados.

Nesta mesma entrevista, Deltan Dallagnol afirma que está havendo uma reação dos políticos contra a Operação Lava-Jato. Ele atribui a Operação Lava Jato um papel importante de combate à corrupção e que isto teria incomodado a classe política que estaria reagindo, aproveitando que outros temas ganharam mais visibilidade que o combate a corrupção como o enfrentamento a pandemia e a crise econômica. Assim, segundo Dallagnol, estaria emergindo um cinismo que relativiza o combate à corrupção.

O interessante nesta análise de Dallagnol é que ele reafirma um papel de "justiceiro" para si e para os seus companheiros da Lava Jato e qualquer crítica à operação seria automaticamente uma defesa da corrupção. Reduz tudo a uma luta dos lavajatistas contra os políticos corruptos. E quando é perguntado sobre a defesa da prisão em segunda instância, ele responde que é necessário como um mecanismo institucional de combate à corrupção.

A lógica do raciocínio de Dallagnol e de todos os lavajatistas é típica do discurso justiceiro que sustenta a violência policial. No livro "Justiceiros e Violência Urbana", de José Fernando Siqueira da Silva, comandantes de tropas policiais envolvidos em assassinatos de pessoas nas periferias dizem que eles fazem o trabalho sujo de proteger o "cidadão de bem".

Estas personalidades - procuradores da Lava-Jato, policiais que assassinaram, entre outros - penetram nos aparatos burocráticos do Estado brasileiro e atribuem a si o papel de faxina. A legitimidade para tanto é um suposto conhecimento (no caso dos membros do Ministério Público ou do Judiciário) ou da posse de armas (no caso dos policiais). As vítimas que criticam defendem corruptos ou bandidos. Procuradores e

policiais vestem a capa de super-heróis cujos superpoderes são as ferramentas do aparelho de Estado.

Não foi coincidência que o ex-juiz Sergio Moro foi o autor do pacote chamado de anticrime que tinha, na sua versão original, o chamado excedente de ilicitude que isentaria de responsabilidade judicial policiais que matam cidadãos.

Há assim uma conexão nesta lógica de pensamento lavajatista com o justiceirismo da violência policial. Embora as vítimas da Operação Lava Jato sejam celebridades do universo político e empresarial, a sua lógica é a cristalização de uma prática do Estado punitivo permanentemente realizada contra pessoas pretas da periferia. Pessoas pretas que não são presas em segunda instância, mas antes até de qualquer julgamento. Ou simplesmente executadas extrajudicialmente.

O que a Lava Jato fez foi estender a experiência dos aparatos judiciários contra a população preta da periferia para as celebridades políticas. Por isto não se trata apenas de uma operação contra um partido ou a esquerda, mas a exacerbação de uma lógica racista do Estado brasileiro - e, no caso, com meninos branquinhos, da elite, no comando.

Coordenação Nacional da Rede Quilombação, 14 de fevereiro de 2021.